

A Trajetória de uma família de elite na Amazônia Colonial- Os Moraes Bittencourt da freguesia de Cameté, PA (1750-1790)*

Alanna Souto Cardoso*

Resumo

Na História do Brasil Colonial, a família, apresentou-se como uma instituição fundamental, tendo em vista a relevância de suas funções sócio-econômicas e políticas, desempenhadas no decorrer desse período. Através das relações familiares, é possível observar o comportamento da família dependendo de outras instituições sociais. Apesar da Historiografia brasileira ter seu leque de temas ampliados e diversificados, tais como: elite rural, população urbana, mulheres, escravos, agregados, entre outros, ainda confere-se que os historiadores da família no Brasil têm voltado seus estudos às sociedades do Centro-Sul, sobretudo, a paulista. Poucos pesquisam outras regiões brasileiras, em especial, aquelas onde se desenvolveram sociedades não diretamente vinculadas ao setor exportador da Colônia e as que não receberam grande contingente de imigrantes estrangeiros. É sabido também que os estudos da família quando associado à demografia histórica na Capitania do Pará não conseguiram resultados mais detalhados do que a identificação de estatísticas aproximativas da distribuição de homens e mulheres de diferentes categorias étnico-sociais. É nesse sentido que este paper através de um recorte de minha dissertação de mestrado “*Apontamentos para História da família e Demografia Histórica da Capitania do Pará (1750-1790)*” objetiva analisar a composição sócio- demográfica da família Moraes Bittencourt a partir de sua trajetória e de sua formação como família de elite, sobretudo, através da informações do recenseamento de 1778 da Capitania do Grão-Pará. Sendo assim foi necessário discutir a origem da família e observar seu período áureo e a constituição do seu famoso Engenho do Carmello em Cameté na Capitania do Pará.

PALAVRAS-CHAVES: FAMILIA DE ELITE; AMAZÔNIA COLONIAL; DEMOGRAFIA.

* Trabalho apresentado no IV Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Havana, Cuba de 16 a 19 de Novembro de 2010.

* Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

A Trajetória de uma família de elite na Amazônia Colonial- Os Moraes Bittencourt da freguesia de Cameté,PA(1750-1790)*

ALANNA SOUTO CARDOSO*

1) APRESENTAÇÃO

No decorrer da História e de seus estudos, diversos termos tiveram seu significado transformado e pluralizado de tal forma que tendem a apresentar vários sentidos, conforme o contexto em que estão inseridos e a abordagem de uso. No caso deste trabalho, faz-se imprescindível algumas reflexões teóricas no que diz respeito aos significados do termo “elite”, a fim de melhor compreender, especificamente, o objeto de estudo e suas variadas definições.

O termo elite, no sentido amplo e descritivo, faz referência à categoria ou grupos que ocupam o ápice da hierarquia social. Ou seja, é uma referência genérica a grupos posicionados em locais hierárquicos de diferentes instituições públicas, partidos ou organizações de classe. Portanto, “elite” pode ser entendido, simplesmente, como aqueles que têm capacidade de tomar decisões políticas ou econômicas.

A partir de 1970, os historiadores direcionam seus estudos, acentuadamente, para o termo “elite”, devido ao enfraquecimento da hegemonia marxista no cenário ideológico e, conseqüentemente, à ampliação, cautelosa, do processo perceptivo acerca das realidades nas sociedades contemporâneas. Até então, a diferenciação entre as diversas abordagens sobre essas realidades dificilmente era percebida em virtude do olhar “restrito” da concepção economicista, que delimitava seus estudos em função dos grupos definidos pelas relações de produção (HEINZ, 2006).

Heinz (op. cit., p. 8) explica que a apropriação do termo elite pelos historiadores suscitou a análise dessa temática a partir da perspectiva teórica e metodológica da “microanálise” dos grupos sociais, da diversidade, das relações e das trajetórias do mundo social”. Mas, essa abordagem não se mostrou antagônica à das Ciências Sociais, uma vez que apenas redirecionou-se a um determinado foco teórico com o intuito de promover uma análise mais sutil acerca dos sujeitos históricos situados no topo da hierarquia social e de suas relações complexas e da objetividade de seus laços com os diversos setores da sociedade.

Para tanto, como esta pesquisa aborda as elites coloniais, é imprescindível ressaltar o conceito, aqui abordado, sobre “elite” em relação às elites do período vigente. Nesse contexto,ressalta-se o destaque dado pela legislação da Monarquia Portuguesa perante os líderes locais da época, ou seja, os grandes chefes de família, que tinham um grande valor pela Corte Portuguesa, desde os primórdios da colonização. Monteiro (2003, p. 43) explica que foi

a própria legislação da monarquia portuguesa a reconhecer o papel de liderança local que cabia as “pessoas principais das terras” (1570), aos “melhores lugares” (1603,Ordenações), aos “melhores da terra” (1618), às “pessoas da melhor nobreza” (1709), reservando-lhes os “principais ofícios da República” nas diversas povoações do reino, ou seja, os ofícios honorários das câmaras e os postos superiores das ordenanças.

* Trabalho apresentado no IV Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Havana, Cuba de 16 a 19 de Novembro de 2010.

* Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

A análise sobre a família Morais Bittencourt, segue, portanto, essa perspectiva a partir do seu processo de ocupação e povoamento na freguesia de Cameté, aonde começa criar notoriedade em meados do séc. XVIII, com estímulo da política Pombalina.

Introduzido os conceitos, o objetivo deste paper é o de analisar a composição demográfica da família Morais Bittencourt a partir de sua trajetória e de sua formação como família de elite. Sendo assim foi necessário discutir a origem da família e observar seu período áureo e a constituição do seu famoso Engenho do Carmello.

2) MORAIS BITTENCOURT: OS PODEROSOS DA CAMETÁ SETECENTISTA

Durante o Período Colonial no Brasil, desde os seus primórdios, é sabido que sua colonização assentou-se sobre uma estrutura de bases agrária, latifundiária e escravista, alicerçadas pelos grandes clãs familiares (FREYRE, 2003).

Freyre (op. cit.), Candido (1951) e Holanda (1982) postularam um conceito de família patriarcal que pretendia descrever as famílias de norte a sul do país, durante três séculos de sua história. Segundo os autores, elas se caracterizavam por grande parentela, sistema hierárquico, autoridade paterna prevalecente, monogamia e indissolubilidade do casamento.

Entre as instituições que marcam estruturalmente uma sociedade, aponta Teruya Tayra (2000), estão os Partidos, a Igreja e os clãs parentais. A força do clã parental podia ser observada somente em ocasiões especiais como, por exemplo, nas lutas entre grupos ou nas festas religiosas. Esta instituição carregava consigo sub-instituições: a responsabilidade coletiva familiar (*vendetta*) e o nepotismo.

Em relação ao nepotismo, Viana (1955, p. 150 apud TERUYA TAYRA, op. cit.) alega que “é a fórmula tradicional e geral da nossa vivência política”, e esclarece que no

Norte, esta tendência nepótica tem a força de uma tradição, a que a moral daquele grupo dá uma sanção por assim dizer imperativa: o oligarca assenta a sua força justamente na solidariedade da parentela, utilizando o prestígio dos filhos, genros, sobrinhos e afilhados.

Entretanto, é importante frisar que as pesquisas contemporâneas se opõem ao retrato da família patriarcal feito por aqueles autores clássicos, defensores da idéia de família patriarcal como uma concepção única e genérica da família brasileira (SAMARA, 1987), por meio de um “tipo fixo” que “se instala nas regiões onde foram implantadas as grandes unidades agrárias de produção – engenhos de açúcar, fazendas de criação ou de plantação de café” (CORRÊA, 1993, p. 15).

A nova História da Família, ao refletir criticamente sobre este padrão de família, verifica que tal situação corresponde a uma realidade de um determinado tempo e espaço que é convertida como matriz para a sociedade colonial inteira, no período que se estende do século XVI ao XIX, de acordo com Freyre (op. cit.), Candido (op. cit.) e Holanda (op. cit.).

O contraponto da família patriarcal consolidada na narrativa do pensamento social está em processo de produção a partir de pesquisas que, segundo Sâmara (1997, p. 10), contestam uma organização de família aplicável aos vários segmentos sociais, e revelam “a existência de outros tipos de relações entre sexos” e a “distância entre a norma e a prática social”.

A dominância da moralidade patriarcal que os estudos clássicos acreditavam existir também foi desmontada por novos olhares sobre os dados. No que tange à Amazônia, a historiografia local pouco tem explorado a temática, com exceção de trabalhos singulares como os de Acevedo Marin (1985), de Marinho (2004) e de Cancela (2006), que têm como similaridade a discussão sobre família, demografia e elite no Pará, em suas análises.

Sob esse bojo historiográfico é que se pretende analisar as famílias na freguesia de Cameté, em especial a Morais Bittencourt, além do modelo da família patriarcal – sem perder o enfoque teórico de Almeida (2002) referente à mentalidade construída por meio de suas práticas cotidianas –, apresentando uma contribuição para a historiografia regional, em relação aos estudos da família.

Os Morais Bittencourt destacam-se na região de Cameté, sobretudo no século XVIII, período muito importante para o desenrolar dos acontecimentos que nortearam a economia do Vale do Tocantins, visto que a cobiça substituiu as especiarias do Oriente pelas drogas do Sertão (canela, cravo, algodão, salsaparrilha, o sassafrás, o cacau, a canafíscula, a pita, o urucu, o cravo fino, a madeira, entre outros) e fomentou o interesse dos colonos em explorar a região tocantina, devido ao fato do Rio Tocantins proporcionar vantagens no escoamento e na comercialização de produtos.

O açúcar, nervo e vida do nordeste brasileiro, foi igualmente indústria amazônica de cotação alta. Os canaviais amazônicos cobriram grandes terras nas localidades circunvizinhas a Belém. Essas terras foram povoadas pelos plantadores de cana, proliferando-se dezenas de engenhos, que simbolizavam o *status* social da época – como os de Pantoja e os de Morais Bittencourt, grandes proprietários de engenhos, de imensos canaviais e de grossa escravaria, analisados posteriormente. De acordo com Reis (1960, p. 32), “os senhores de engenho” eram a única nobreza presente na Amazônia, despontando, assim como no nordeste, uma existência farta que os cronistas relatam.

Reis (op. cit., p. 32) se reporta à memória do Bispo Frei João de São José, para relatar o encontro do mesmo com a família Morais Bittencourt: “Em Cameté, em 1762, o Bispo Frei João de São José encontrou a família Morais Bittencourt cercada de um fausto régio. Á mesa, uma prataria notável. Senhoras e Senhores vestindo veludo e sêdas custosíssimas”.

Como já foi dito, os senhores de engenho paraenses constituíam a elite, a classe nobre daquela sociedade vigente. Uma “legislação especial” garantiu-lhes essa diferença social, permitindo-lhes transitar, com certa facilidade, pelo cotidiano social das localidades, das regiões, dos estados e do país que pertenciam.

Alguns trechos do documento abaixo mostram o interesse e o desempenho fiel dessa família, por meio da figura de João de Morais Bittencourt junto aos representantes das autoridades portuguesas no estado do Grão-Pará, intervindo em diversos setores da sociedade: seja no incentivo à agricultura, a partir do atendimento de algumas famílias em relação à mão-de-obra escrava, sobretudo, aquelas de posse, no cultivo de suas lavouras (cacau, café e algodão); seja na comercialização e no cultivo de outros produtos.

(...) Mandey buscar os Indios pertecentes a [Francisco] de Oliveira Pantoja, e examinando o [requerimento] [que] fizera a [vossa excelência] em tudo faltarão a [verdade], [por que] não fizerão círio, estão servindo a [Manoel] Marques, vivendo com elle, prantando lhe [cacau], e café, e o dizerem que lhe não paga, o anno passado lhe fez [pagamento] em pano de algodão, como elles mesmos confecção. Não veyo hu rapaz pequeno chamado Gonçallo, pello ter dado [Manoel] Marques [para] servir a Maximo [Fernandes] pello trabalho de fazer as petições, e avistado [requerimento] menos verdadeiro [que] fizerão a [vossa excelência] ficão entregues ao seu Patrono, [Francisco] de Oliveira Pantoja não mandando [Vossa Excelência] o contrário.(...) Engenho do Carmello 6 de Fevereiro de 1762.De [vossa excelência] Humilde e [ininteligível] Criado. João Morais Bitancurtz.

(...) O sargento auxiliar José Lopes Torres, leva sento e sicoenta paneyros de [farinha], e os sicoenta [que] faltão [para] a conta dos duzentos ficão em [mesma] caza(...)Toda a [farinha?] dera os moradores conforme as suas pocos por presso, de quatro sentos reis, [que] [certamente] me parecia impulsivel ajustarce a conta, [que] [vossa excelência] pede, pella muita falta que há della nestes destritos, porque não cuidao os [que] podem mães do [que] Cação, e houverão sugeytos [que] a chegarao a comprar pello muyto gosto [que] todos estes moradores mostrao, em se mostrarem zelozos na execução das Órdes DE [vossa excelência].Tenho feyto toda a [deligência] pocivel a ver se descubro mais alguas redes nada tem sido [bastante], [porque] todos dizem [que] mal fazem [para] no uso.(...) [Engenho] do Carmello 8 de agosto de 1762.De [vossa excelência]. O mais humilde súbdito, e obrigado Criado. João de Morays [Bittencourt].

Código 71, Documento 21. APEP.

Nota-se que a agricultura de cacau foi intensamente cultivada pela família Morais Bittencourt no seu Engenho Carmelo, porém esse produto aparece como a exportação de Borba no ano de 1772, sem que se possa afirmar que fosse uma monocultura. Aliás, de acordo com os documentos, parecia não existir áreas de culturas exclusivas na capitania.

Os casos mais comuns eram recorrentes na Vila Vistosa da Madre de Deus, quando, em 1776, recebia escravos de Benguela para o “adiantamento das lavouras que se reduziam ao arroz, algodão e urucu, além daquela porção de farinha necessária ao consumo de terra e ainda ao gasto da Fazenda Real”, conforme escrevia o governador João Pereira Caldas (VERGOLINO-HENRY; FIGUEREDO, 1990, p. 54).

Nogueira Silva; Pompeu Amorim (op. cit., p. 40) verificam que o então distrito de Carapajó, constituído por ilhas, povoações e a vila de Carapajó (sede), possuía uma população de 975 habitantes, que corresponde às áreas urbana (vila) e rural (terra firme e ilhas). Em suma, a base de produção era o extrativismo vegetal e a lavoura, conforme revela a memória local: “Os Bittencourt tinham Cacoal, tinha seringal, sítio antigo, era engenho, mas não tinha cana tinha assim rebulada, o cacau era mais”.

No século XVIII, a família Morais Bittencourt tinha um grande articulador, o Capitão-mor e, posteriormente, mestre-de-campo, João de Morais Bittencourt, tanto concernente à ampliação de seus negócios financeiros quanto à economia da freguesia de Cameté. Até mesmo, em diversas situações, ultrapassava questões agrícolas e fazia algumas tentativas fracassadas de implantação de gado, mas sob o respaldo de autoridades representativas da Corte Portuguesa que, dificilmente, lhe negava pedidos.

Como exemplo, tem-se a instalação frustrada de uma fazenda de gado sob administração do Doutor Corregedor da Comarca Lopes “com a satisfação de todo o povo, concinando as providencias, que entendeo serem necessária pera se conseguir (...) que sendo aprovada, e do agrado de [vossa excelência] por ey logo por obra (...)”². Em 1765, políticos da Câmara da Vila Vistoza de Cameté, entre eles José Manoel Bittencourt, emitem uma correspondência endereçada ao Senhor Capitão Mor João de Morais Bittencourt, em que afirmam não ser possível a criação de gados na região, pois

todos, e todos informemente asentão que não he lugar capaz para criar gado em tempo algum e vemos o grande e emreparável danno que tem e está experimentando e

² Código 71, Doc.198. 24 de abril de 1764. Vila Vistoza. Correspondências de Diversos com o Governo. APEP.

[inínteligível] na grande despesa que tem feito sem frutos, nem esperança de o ver, e os gastos crescendo, e com esta tão justificando razão tomamos expediente de pormos por bem publico na prezença de [vossa mercê] estes [danos] (...)³

Cametá, diferentemente da Ilha do Marajó – onde a criação extensiva de animais (gado *vacum* e cavalari) teve êxito –, prescindia de sistemas de manejo por ser dispendioso, pois o gado facilmente se criava e se reproduzia em campinas ou terras de pastagens naturais, permitindo a formação de grandes rebanhos acima de 1000 cabeças.

Ângelo Meneses (1998) mostra que de sistema de coíçara⁴ sobraram criatórios extensivos do gado zebu e do búfalo; de *habitat* natural de cacau, baunilha, bálsamo de umeri, cravo, canela, salsaparrilha, componentes florestais do sistema proposto, restam roças de mandiocas. Logo, questiona-se se a introdução de práticas e de métodos agrícolas, empregados arbitrariamente nos componentes naturais (clima e solo), aliado ao distanciamento cultural dos povos indígenas, contribuiu para o fracasso agrícola no Vale Amazônico. Entretanto, o que marca a economia na região tocantina do século XVIII é a agricultura e o extrativismo, setores articulados aos Morais Bittencourt que incentivam a plantação e o fornecimento de diversos produtos (como o arroz), além do tão cultivado cacau em suas terras:

(...) *Cametá a 24 de março de 1775.*

P.S: Vai incluza com esta relação das peçoas [que] andam plantar aroz [vossa senhoria].

João Moraes Bitancurt.

Relação dos moradores de villa viçozza que querem plantar arroz em virtude da recomendação do [ilustríssimo] e [excelentíssimo] [senhor] [general]

[Mestre de Campo] João de Morais Bitancurt

[Capitão] João Maria de Morais Bitancur

Alfares Manoel Antonio Morais

Alfares Ignácio Morais

[Sargento] João Paullo Moraes

[Capitão] Jozé Serrão de Castro

Alfares João Barrozo de Bastoz

[Capitão] Alberto de Souza Coelho

Alfares Pedro Mendes Thomaz

Frey de Orphãos Manoel Lopes Torres

Leis [ordinários] José Lopes Mendes (...)

Códice 294, Documento 02. APEP.

Dessa forma, pode-se observar o incentivo da família Morais Bittencourt no cultivo de arroz, o que mostra sua participação e seu interesse na diversificação da produção das atividades agrícolas dessa localidade. Nesse sentido, a família inseriu-se, cada vez mais, no projeto pombalino de fomento econômico para a Capitania na região do Tocantins. Durante esse período,

³ Códice 71, Doc. 225. Vila Vistoza do Cametá em Câmara 27 de maio de 1765. Correspondências de Diversos com o Governo. APEP.

⁴ Coíçara era um sistema de rotação de culturas nas áreas de pastos; divisão de pastagem.

foi produzido açúcar, arroz, algodão, tabaco e cacau para a exportação, além de produtos como mandioca, café, aguardente, entre outros. Em Carapajó, o cultivo era baseado na cana-de-açúcar, no cacau, na cultura de roças (mandioca, arroz e milho) e, posteriormente, na extração de borracha.

No período pombalino (1755-1778), a agricultura experimentou maior crescimento, tanto na dinamização da produção quanto na diversidade de produtos comercializados. A produção organiza-se sob outras bases, ampliando a inserção de produtos das lavouras no mercado e favorecendo aqueles que demonstraram maior capacidade em organizar a produção com base no trabalho escravo negro, intensificado após a promulgação da liberdade indígena em 1755. Esse processo de modernização faz parte dos movimentos inerentes ao desenvolvimento do capital mercantil e aos anseios das elites locais. No plano nacional, a política colonial privilegiou a ocupação de terras como uma estratégia econômica do capital mercantil. Os grandes proprietários fundiários reforçam estruturas de mando político, reproduzindo estratégias de controle sobre o território e seus recursos naturais (DOMINGUES, 2000; GOMES, 1999).

Nesse panorama de expansão econômica e de inserção da mão-de-obra negra na região, verifica-se, por meio do Recenseamento de 1778 da Vila de São João Batista de Cameté, o perfil de escravos desta localidade. Este recenseamento mostra a composição populacional a partir dos *Cabeças de Família*.

Tabela 01: Composição geral dos *Cabeças de Família* na freguesia de Cameté.

Membros	N	%
Cabeças de Família	605	10.29
Familiars (Parentes)	2674	45.48
Soldadados	950	16.16
Escravos	1651	28.08
Total	5880	100

Na freguesia de São João Batista, ao avaliar a composição de escravos, verifica-se, por meio da avaliação de dados estáticos da população, uma quantidade significativa de mão-de-obra negra na região: 1651 escravos, que correspondem a 28,08% da população da freguesia. Este fato coloca Cameté em posição de destaque no estado do Grão-Pará e na Amazônia em termos de concentração de mão-de-obra escrava.

Pode-se inferir sobre a distribuição da mão-de-obra escrava pelos “cabeças de família” na freguesia e sobre a ocupação deles na região, em que a família Moraes Bittencourt aparece como a grande detentora de escravos na freguesia de Cameté. Essas informações ajudam a compreender o funcionamento das estruturas que regem e marcam as hierarquias sociais da época e os escravos, mola propulsora da economia colonial, que juntamente com as posses de terras, com os cargos administrativos e com as concessões de altas patentes militares, constituem a elite desse período.

Para analisar o poder desse *Cabeça de Família* na freguesia de Cameté, bem como o de todos os cabeças de família da capitania do Pará, a partir das categorias declaradas no Recenseamento de 1778, associou-se a riqueza ao *Tamanho do Plantel*, gerando a “riqueza domiciliar” (ANDRADE, 2001, p. 71): “ausência de escravos, 1 a 3 escravos (plantel pequeno), 4

a 10 escravos (plantel médio), 11 a 35 escravos (plantel grande) e mais de 35 escravos (plantel muito grande)”.

A respeito do perfil de riqueza da freguesia de Cameté, segundo *Estado*⁵, *Sexo*, *Etnia* e *Tamanho do Plantel*, observa-se, na Tabela 02⁶, que 84,21% dos cabeças de família ricos da freguesia cametaense eram do sexo masculino e de etnia branca, sendo que somente 8,77% dos ricos brancos e de estado casado possuíam plantel muito grande, depois vinha o plantel grande com 29,82%, composto novamente pelo grupo do casados e brancos, não existindo rico casado branco com plantel pequeno. A predominância era de plantel grande 47,37%, independente de *Estado*, todos eram brancos, logo depois se destaca o plantel médio 21,05%. O plantel pequeno e nenhum escravo correspondem a um índice abaixo de 2%. No que se refere às outras etnias, destaca-se apenas a etnia mulata, registrando 3 ricos, com uma ocorrência de 1,75% para todas as faixas de escravos, não existindo mulato rico sem escravo. No caso das mulheres, apenas 10,53% eram ricas e brancas, com predomínio de plantel médio 5,26%, desses 3,51% correspondem às viúvas. As outras faixas registram um índice de 1,75%.

TABELA 02: Possibilidade Rico segundo Estado, Sexo e Etnia por Tamanho do Plantel da freguesia de Cameté.

Sexo	Qualidade	Tamanho do Plantel	Estado								Total	%
			Casado		Sacerdote Secular		Solteiro		Viúvo			
			N	%	N	%	N	%	N	%		
Feminino	Branca	Nenhum	00	0,00	00	0,00	00	0,00	01	1,75	01	1,75
		4 a 10	01	1,75	00	0,00	00	0,00	02	3,51	03	5,26
		11 a 35	00	0,00	00	0,00	00	0,00	01	1,75	01	1,75
		Mais de 35	00	0,00	00	0,00	00	0,00	01	1,75	01	1,75
		Total	01	1,75	00	0,00	00	0,00	05	8,77	06	10,53
Masculino	Branca	Nenhum	01	1,75	00	0,00	00	0,00	00	0,00	01	1,75
		1 a 3	00	0,00	00	0,00	01	1,75	00	0,00	01	1,75
		4 a 10	07	12,28	01	1,75	03	5,26	01	1,75	12	21,05
		11 a 35	17	29,82	00	0,00	05	8,77	05	8,77	27	47,37
		Mais de 35	05	8,77	00	0,00	02	3,51	00	0,00	07	12,28
		Total	30	52,63	01	1,75	11	19,30	06	10,53	48	84,21
	Mulata	1 a 3	01	1,75	00	0,00	00	0,00	00	0,00	01	1,75
		4 a 10	01	1,75	00	0,00	00	0,00	00	0,00	01	1,75
		11 a 35	01	1,75	00	0,00	00	0,00	00	0,00	01	1,75
Total	03	5,26	00	0,00	00	0,00	00	0,00	03	5,26		
Total geral			34	59,65	01	1,75	11	19,30	11	19,30	57	100

⁵ *Estado* é o termo declarado no Recenseamento de 1778 que corresponde ao atual Estado Civil, podendo ser considerado conjugalidade no período em estudo.

⁶ *Possibilidade* era como o recenseador referia-se a situação socioeconômica dos *Cabeças de Família*, tal categoria será apresentada e debatida mais detalhadamente no segundo e no terceiro capítulos.

O *Tamanho Domiciliar* também ajudar a visualizar com mais nitidez a extensão das famílias e de sua relação como grupo de trabalho e produção – tal aspecto será discutido com mais acuidade no segundo e no terceiro capítulos. Este momento restringir-se-á apenas à questão do *Tamanho Domiciliar* a partir do padrão estabelecido por Andrade (op. cit., p. 71): “unipessoal (1), 2 indivíduos, 3 a 5 indivíduos, 6 a 12 indivíduos, 12 ou mais indivíduos. Esses agrupamentos tiveram como finalidade facilitar a análise”.

A Tabela 03 demonstra o tamanho de domicílios dos ricos da freguesia de Cametá, com destaque para os domicílios com 12 ou mais pessoas tanto para sexo feminino quanto para o masculino, correspondendo respectivamente a 5,26% e a 71,93%. O grupo dos homens casados detém 47,37% dos domicílios com 12 ou mais pessoas, já no das mulheres somente as viúvas correspondem a esse tamanho domiciliar. No que se refere aos 3 ricos mulatos, somente 2 possuíam domicílios com 12 ou mais pessoas e somente 1 possui de 6 a 12 pessoas.

TABELA 03: Possibilidade Rico segundo Estado, Sexo e Etnia por Tamanho Domiciliar da freguesia de Cametá.

Sexo	Qualidade	Tamanho Domiciliar	Estado								Total	%
			Casado		Sacerdote Secular		Solteiro		Viúvo			
			N	%	N	%	N	%	N	%		
Feminino	Branca	3 a 5 pessoas	00	0,00	00	0,00	00	0,00	02	3,51	02	3,51
		6 a 12 pessoas	01	1,75	00	0,00	00	0,00	00	0,00	01	1,75
		12 ou mais pessoas	00	0,00	00	0,00	00	0,00	03	5,26	03	5,26
		Total	01	1,75	00	0,00	00	0,00	05	8,77	06	10,53
Masculino	Branca	6 a 12 pessoas	03	5,26	00	0,00	03	5,26	01	1,75	07	12,28
		12 ou mais pessoas	27	47,37	01	1,75	08	14,04	05	8,77	41	71,93
		Total	30	52,63	01	1,75	11	19,30	06	10,53	48	84,21
	Mulata	6 a 12 pessoas	01	1,75	00	0,00	00	0,00	00	0,00	01	1,75
		12 ou mais pessoas	02	3,51	00	0,00	00	0,00	00	0,00	02	3,51
Total		03	5,26	00	0,00	00	0,00	00	0,00	03	5,26	
Total geral			34	59,65	01	1,75	11	19,30	11	19,30	57	100

Pode-se verificar, a partir da análise desses dados, sobre o perfil demográfico da família Morais Bittencourt, o destaque do *Cabeça de Família* João Morais Bittencourt, na freguesia de Cametá, bem como na Capitania do Pará, tanto no que diz respeito ao *Tamanho do Plantel* quanto ao gerenciamento e ao abastecimento de uma extensa família (*Tamanho Domiciliar*), incluindo parentes, soldados e escravos.

Cametá.

Categorias Socioeconômicas	João de Morais Bittencourt
Situação ⁷	Carapajó
Qualidade	Branco
Estado	Casado
Emprego	Mestre de Campo
Ofício	Senhor de Engenho
Composição Familiar	19 Pessoas
Número de Soldados	71
Plantel	79
Tamanho do Domicílio	170
Possibilidade	Rica

O documento revela, entre outras características, especificidades que marcam o *Cabeça de Família* João Morais Bittencourt e seu grupo familiar como uma família de elite, possuidor de numeroso plantel (o maior da freguesia), uma família extensa no que se refere ao seu *Tamanho Domiciliar*, beneficiados por altas patentes militares (mestre de campo), senhor de engenho e terras, além de declarado rico (fazendo parte do grupo dos 57 ricos) e de etnia branca (94,7% dos ricos eram brancos) pelo recenseador.

Desse modo, esta família traz consigo evidentes traços para a compreensão sobre a formação da elite colonial da Amazônia – e, naturalmente, suas peculiaridades e similaridades em relação às famílias do Brasil Colonial.

É importante ressaltar que esses dados fazem parte de uma análise parcial sobre o Recenseamento de 1778, refinada no segundo e no terceiro capítulos, que analisam essas famílias de elite no bojo da Demografia Histórica, com a sumarização dos dados a partir das estimativas relativas e absolutas, tabelas e gráficos de barra. Nesse momento são analisadas tanto as categorias levantadas pelo recenseamento (cabeças de famílias, civis, mão-de-obra escrava, soldados, possibilidades, ofícios e etnia) quanto as não contempladas por ele (mortalidade, natalidade e fecundidade).

3) ENGENHO CARMELLO DO CARAPAJÓ: UM PATRIMÔNIO EDIFICADO NO BAIXO TOCANTINS

De acordo com Cruz (s.d), as terras de Carapajó teriam sido doadas para fazer um engenho. O autor revela ainda a existência do engenho Carmello do Carapajó, de João de Morais Bittencourt. Nesse engenho, trabalhavam 42 escravos entre homens e mulheres, 17 menores e 6 índios. Porém, o Recenseamento de 1778 informa que esse número é bem maior, correspondendo a 79 escravos. Tal fato é constatado em Daniel (2004, p. 37), que relata a existência de

engenhos de açúcar, e aguardentes que os moradores que têm muita gente, e operários procuram logo levantar nos seus sítios, e postos que semelhantes fábricas necessitam de grandes cabedais e gastos para sua ereção e conservação, são, contudo as mais lucrosas feitorias daquele, e as que dão maior rendimento a seus donos; a sua primeira diligência

⁷ Situação é o termo usado pelo recenseador para identificar as localidades dos cabeças de família na freguesia.

é em fazer grandes roçados, e canaviais, além dos mais roçados supra, maiores, ou menores conforme multidão que têm gente (...)

Daniel (op. cit., p. 37) aponta a necessidade de muita escravatura para manter o engenho e revela que ela nunca é, suficientemente, grande para sustentá-lo, pois os engenhos na Amazônia expedem muito pouco, já que moem somente em algumas temporadas, ficando parados durante muito tempo, o que torna seu rendimento diminuto quando comparado ao de outras regiões do Brasil, “onde moem em todo o ano, e com muita expedição”.

Sobre o engenho de Carmello, João de Moraes Bittencourt escreve, em 12 de novembro de 1780, um ofício aos oficiais do Senado da Câmara de Cameté sobre as dificuldades de produção no seu engenho de açúcar pela falta de mão-de-obra escrava:

[Senhores] [oficiais] do Senado da Câmara NB.

Esta nota he de própria letra do Belchior José Justiniano de Oliveira Peixoto.

Mais algum ha que contemplar, [que] não he oficial].

*Tendo [de satisfazer] a Ordem de [ilustríssimo], e [Excelentíssimo] [senhor] general, segundo o avizo, [que] de [vossa mercê] [que] havendo [quase] **sicoenta annos, [que] fabrico açúcar só a tenho deixado de fazer há seis annos a esta parte pela total impossibilidade, e decadencia, em [que] me acho a falta de operarioz, por meterem morrido muitos escravos e não se poder manejar esta laborioza manufatura sem avultado numero delles: E se o dito [senhor] for servido facilitar-me vinte sinco Índios das Povoaçãoenz mais vizinhas; tanto para Rossar e plantar, como para a fabrica do açúcar; athe por meyo delles, me for necer melhor Negros, poderei só assim continuar na mesma fabrica [Eo effeito] correspondente dera [zem eu?] particular interesse, e abrem comum.***

Em segundo lugar tãobem devo ponderar a [vossa mercês] [que] aidea daquellaz, [que] infor marão aomesmo [ilustríssimo],e [Excelentíssimo] [senhor] General, de [que] a falta de açúcar hé menoz bem conceituada; por quanto só algú Senhor de Engenho falta totalmente de experiencia, e o [que] não for falado de seus proprioiz interesses hé [que] [declara] de Desconhecer; [que] a com versão das canas a açucar he muito mais util, e proveitoza, [que] agoardentes esta o fará com prejuízo doz seus interessez, e algus se applicão ao traz Lavouras hé por [que] e estaz demandão de muito menoz escravos, e hum Engenho Real não pode trabalhar com menoz de sessenta escravos. Hé o [que] se me offerece dizer a [vossa mercês].

[Deus] [Guarde] a [Vossa mercês]. Cametta 12 de Novembro de 1780.

De [vossa mercês] Muito attento [senhor].

João de Moraes Bittencourt.

Ofício de João de Moraes Bittencourt aos oficiais do Senado da câmara de Cameté. AHU_ACL_CU_013, CX. 86, D. 7070 ROLO: 94. Em anexo o documento. APEP.

Percebe-se a importância desse engenho na economia local, em especial nos trechos em negrito. Neles, nota-se o tempo de produção do engenho referente às atividades da fabricação de açúcar – 50 anos – e a solicitação urgente de trabalhadores para os seus plantios e roçados, inclusive de indígenas das regiões vizinhas, por meio da prática dos descimentos. Este fato contrapõe-se ao uso mais comum, viável e eficaz, sobretudo nos trabalhos nos engenhos no Brasil

Colônia, de mão-de-obra negra, porque o uso do trabalho escravo indígena já era oficialmente proibido desde 1755.

Verifica-se, também, que a solicitação de escravos era recorrente para o Engenho do Carmelo, principalmente em meados dos setecentos, tanto que a Vila Vistoza de Madre de Deus, em 1776, recebeu escravos da Benguela para o “adiantamento das lavouras que se reduziam ao arroz, algodão e urucu, além daquela porção de farinha necessária ao consumo da terra e ainda ao gasto da Fazenda Real”, consoante o governador João Pereira Caldas (VERGOLINO-HENRY; FIGUEREDO, op. cit., p. 54).

O Engenho do Carmello aparece vislumbrando, ainda, o cultivo da farinha na região:

[Ilustríssimo] e [Exceletíssimo] [Senhor].

O sargento auxiliar José Lopes Torres, leva sento e sicoenta paneyros de [farinha], e os sicoenta [que] faltão [para] a conta dos duzentos ficam em [mesma] caza, por achar em capas a canoa de conduzir toda, [que] foi bom emmendar ao Director, e ao [Sargento] Mor João [Rodrigues] Coelho, viesse a canoa por [mesma] caza, [porque] sarta mete algúa se abia molhor pella muyta agoa [que] forma a canoa evir [muito] carregada, em outra ocazião a remeterey.

Toda a [feira] dera os moradores conforme as suas poces por presso, de quatro sentos reis, [que] [certamente] me parecia impusivel ajustarce a conta, [que] [vossa excelência] pede, pella muita falta que há della nestes destritos, porque nao cuidao os [que] podem maes do [que] em plantar cacao, e houverão sugeytos [que] a chegarão a comprar pello muyto gosto [que] todos estes moradores mostra, em se mostrarem zelosos na execução das Ordes de [Vossa Excelência].

Tenho feyto toda [diligência] pocivel a ver se descubro mais alguas redes nada tem sido [bastante], [porque] no uso. Fico rogando a [deus] pella vida, e saúde de [vossa excelência] que o Deos [garde] por muytos annos [Engenho] de [Carmello] 8 de Agosto de 1762. De [vossa exclência]. O mais humilde súbdito, e [obediente] Criado. João Morais Bitencourt⁸.

Códice 71, Documento 34. Correspondências de diversos com o governo. APEP.

Nessa correspondência, o ainda Capitão-Mor João de Morais Bittencourt informa o governo a respeito da produção de farinha na freguesia, o que mostra certa interferência, de sua parte, na agricultura local, por meio do incentivo que dava aos moradores para desenvolverem essa atividade na região tocantina, de acordo com as ordens do governo.

Pode-se perceber, também, que Cameté e o próprio Engenho do Carmelo, apesar de não terem sido expressões da produção de farinha, são focos de desejo do governo para que se desenvolvesse tal atividade, uma vez que na Capitania e no Estado, as vilas que tiveram papel de destaque nessa produção, deste período, foram as de Oeiras, Melgaço e Portel, conhecidas como o “Império das farinhas do Estado” (VERGOLINO-HENRY; FIGUEREDO, op. cit., p. 54).

No Brasil Colonial, o engenho não se limitava a produzir e a cultivar o açúcar, ele desenvolvia também a cultura de outros produtos. E, quanto à estrutura da posse de escravos, o Engenho do Carmelo não ficava tão distante da concentração de escravos do nordeste, pois segundo Motta (1994, p. 9) as plantações baianas de açúcar apresentavam “as mais elevadas concentrações de escravos da Colônia”, apenas cerca de 15% dos 165 engenhos computados – mais de dois terços dos engenhos do Recôncavo e quase metade dos da Capitania – possuíam

⁸ Códice 71, Documento 34. Correspondências de diversos com o governo. APEP.

cem ou mais cativos, e somente um, o de Sergipe do Conde, contava com mais de 200 escravos. O número médio de escravos por senhor de engenho era de 65,5, o que leva o autor a afirmar que propriedades com uma

escravaria dessa magnitude não se parecem enquadrar na imagem comum da grande lavoura brasileira como um imenso latifúndio com centenas de escravos trabalhando sob o controle unitário e patriarcal de um proprietário e senhor residente" a de 15% dos 165 engenhos computados - mais de dois terços dos engenhos do Recôncavo e quase metade dos da Capitania - possuíam cem ou mais cativos, e tão-somente um, o de Sergipe do Conde, contava com mais de 200 escravos.

A análise do autor confirma o papel relevante do Engenho do Carmello no que se refere ao tamanho de sua escravaria, ultrapassando até mesmo a média de escravos dos engenhos nordestinos.

A freguesia de Cametá, em meados dos setecentos, do século XVIII, aparece ainda como um dos lugares onde esses clãs familiares disputavam entre si a obtenção da mão-de-obra escrava negra, ao solicitar o envio desta para a localidade, em decorrência da libertação dos índios e das epidemias de meados do século.

É importante lembrar que, nesse período, o Estado precisava de mão-de-obra para a dinamização da economia do território e, com isso, facilitava a entrada da mão-de-obra negra na região, quer por concessões de isenções fiscais e crédito, quer por desencorajar a importação para o reino, canalizando-a para outros locais. Em 1790, Hilário de Moraes Bittencourt relata que o Engenho do Carmello está (VERGOLINO-HENRY; FIGUEREDO, op. cit., p. 142-3)

em ultima decadência, só sim se achão promptas as taxas, Caldeiras e alguns cobres miúdo. Os escravos pertencentes a [dita] fazenda Adultos 20 entre velhas e Estrupiadas. Como achei o engenho desta Sorte, commuito pouca porção degente [para] enviar, e antes demeuy me entragar o Governo de sua casa, me tinha empregado na Agricultura de Cacôaes, e como estes são perto detrezentos mil pez motivo porque incorporei a m^a gente na fazenda somente na administração dos Cacôaes, Olaria, Costume, Rossas, para Farinha, alguns Arrozaéz, facturas de Canoas Grandes e mais miudezas de Lavouras. Sendo o numero da escravatura [muito] mais avultado que oda fazenda(...). Não se tem muito p^a assucar a annos por seachar aFazenda desfalcada deEscravatura (...)

A partir da análise de Domingues (op. cit., p. 61), pode-se verificar que “apesar da grande intensificação desta mão-de-obra no estado Grão-Pará, mesmo aqui, ela é diminuta e que se encontrava concentrada, sobretudo, em Belém, Macapá, Vila Vistoza, Mazagão, Cametá e Bragança”.

Os negros e seus descendentes trabalhavam em diversos ramos de produção no Tocantins, além de cana-de-açúcar, cultivavam cacau, café, algodão, entre outros, e realizavam trabalhos penosos e jornadas extorsivas, principalmente na moenda da cana. Este excedente foi a mola do comércio metropolitano.

Assim, Cametá desponta como uma região que concentra um número significativo de escravos, 1641 no total, destacando-se por isso até o século XIX. Salles (1988) mostra que, em 1848, a freguesia de Cametá possuía 4030 escravos, enquanto a freguesia da Sé, zona urbana de Belém, possuía 3244 escravos.

À medida que a economia agrícola em Cametá, sob a liderança das famílias de elite da região – Oliveira Pantoja, Faial, Corrêa Seixas e, sobretudo, os Moraes Bittencourt, detentoras e controladoras da maior parte da mão-de-obra escrava da região – se expande, poucos enriquecem

e a maior parte dos moradores empobrece, conforme aponta o Recenseamento de 1778: 57 ricos e 396 pobres. Não obstante, a quantidade de escravos que entrava desordenadamente na região gerava muitos conflitos, fugas e maus tratos por parte dos seus senhores.

Observa-se, em Cametá, as péssimas condições de trabalho, visto que os negros fugiram e alguns mocambos se formaram nas proximidades da região da lavoura canavieira, principalmente da bacia de Capim, de Moju, de Igarapé-Miri e de Tocantins. Os negros fugidos procuravam sobreviver de pequenos plantios e promoviam pequenos furtos de mantimentos em fazenda vizinhas aos mocambos.

A historiografia estudada em torno da região mostra o engenho do Carmelo concentrando um grande número de escravos no século XVIII, 79 escravos, segundo o Recenseamento de 1778. Para tanto, correspondências assinadas pelos responsáveis dos cargos de segurança da freguesia – o mestre-de-campo João de Morais Bittencourt e seu filho Tenente Coronel Comandante do Regimento auxiliar, Hilário de Morais Bittencourt – eram recorrentes, incentivando à repressão de diversos mocambos e solicitando escravos e comércios de gêneros alimentícios:

[Ilustríssimo] e [Excelentíssimo] [Senhor]

Há 12 do presente mês veyo dar parte o principal Miguel, [que] hoje pertece ao lugar de Azevedo, [que] hindo elle, e seus filhos, e mais outros índios, que portados fazião des a caça de jabuti, forão de com hum mucambo de fugidos, que ficara doze dias a uma do ultimo citio dos moradores desta [vila], e querendo elles fazer amizade com os taes fugidos, os não fazerão [consentir], antes se retirarão [para] o mato, e lhes forão fazer em busca daes no caminho por onde havião [ininteligível] seu salvo matarao hum índio, e ferirão a mães de [que] hum delles entendo não escapar,[porque] [diz] o principal esta passado com huma carga de minição pellos [ininteligível], [que] os da Campanha do dito Principal em sua diferença matarão algum.

Vivem atemorizados os [ininteligível] moradores circuvizinhos ao tal mocambo, [que] aceyão [ininteligível], fazer alguma grande hostelidade nas suas por cazaes; [porque] se sabe de alguma mortes, [que] se fizerão em caza obras Gonçalves ao Índio Matheus, e duas em casa do Jozé de Mello, e ameaçam de próximo fazerem mayores tragos, no ceos citios (...).

Caso que [vossa excelência] queira mandar castigar estes insultentes, sempre deve ser com alguma caltella,[porque] tenho certeza a via [comunicação?] continuada de alguma Índios destes moradores com os dos mucambo, [que] [facilmente] os poderão avizar, e principalmente os [que] se achão em caza de [Antônio] de [Souza] Coelho.

Fico rogando a [Deus] prospere a precioza vida de [vossa excelência] [que] o Deo [Guarde] por [muitos] [anos]. [Engenho] do Carmelo 21 de Janeiro de 1764.

De [vossa excelência]

O mais humilde súdito e reverente criado.

João de Morays Bittencourt.

Códice 71, Documento 196.

Vergolino-Henry; Figueiredo (op.cit., p. 63) salientam que o estopim, dentre esses conflitos, é o levante acontecido em Cametá, em 1795, quando os negros ameaçaram estuprar as mulheres daquela vila na ausência de seus pais e de seus maridos, e que nos casos das resistências eles “aspicarão como carne no açougue”. As medidas tomadas pelo comandante do Regimento Auxiliar da Vila, o tenente coronel Hilário de Morais Bettencourt foram atitudes práxis da época: ronda, toque de recolher e novas ameaças de prisões e castigos.

Nogueira Silva; Pompeu Amorim (op.cit., p. 44) revelam que o trabalho escravo em Carapajó foi alvo de severos castigos, com mutilações físicas causadoras de morte. Isso resultou nas fugas combinadas que, muitas vezes, causava “desgraça”, antecipando até mesmo a morte do escravo, pois eram capturados facilmente. Salles (1988, p. 242) ressalta que a fuga “(...) deve ter sido, no começo, solução bastante difícil e arriscada, além de uma empreitada individual”.

Pretendeu-se, assim, por meio da análise da trajetória da família Moraes Bittencourt – talvez a principal empreendedora de atividades econômicas – e da constituição do Engenho do Carmelo, um dos maiores da freguesia de Cametá, compreender seu fortalecimento no século XVIII concomitante à expansão da economia agrária na região.

Este paper tentou não somente descrever os passos e as características delineadas dos Moraes Bittencourt, mas também demonstrar como se compõe sócio-demograficamente uma família de elite e, sobretudo, refletir em que aspectos ela se insere no grupo das elites na Capitania do Pará dos fins século XVIII.

4) ESTUDO SOBRE FONTES

4.1) Correspondências localizadas no Arquivo Público do Estado do Pará(APEP)

Código 71: Documento 21; Doc.198. 24 de abril de 1764. Vila Vistoza. Correspondências de Diversos com o Governo; Doc. 225. Vila Vistoza do Cametá em Câmara 27 de maio de 1765. Correspondências de Diversos com o Governo; Documento 196;

Código 294, Documento 02. APEP.

Ofício de João de Moraes Bittencourt aos oficiais do Senado da câmara de Cametá. AHU_ACL_CU_013, CX. 86, D. 7070 ROLO: 94. Em anexo o documento. APEP.

4.2) Correspondência AHU(Projeto Resgate)

1785, Junho, 22, Barcelos [Rio Negro].

OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania]do Rio Negro, João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo os mapas anuais da população das capitanias do Estado do Pará e Rio Negro, de 1778 a 1781.

Anexo: mapas.

AHU-Rio Negro, cx. 8, doc. 355. AHU_ACL_CU_013, Cx. 94, D. 7509.

5) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO MARIN, R. E. Alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX. In: *Estudos Econômicos*, n. 15, São Paulo: IPE-Edusp, 1985.

ALMEIDA, Â. M. de. Família e história: Questões metodológicas. In: *SEMINÁRIO FAMÍLIA E SOCIEDADE*, 2, 2002, São Paulo. Disponível em: http://www.usp.br/nemge/seminario_familia_textos.htm. Acesso em: 13 de agosto de 2007.

ANGELO-MENESES, M. de N. *História social dos sistemas agrários do Vale do Tocantins-Pará-Brasil (1669-1800)*. 1998. Tese. (Doutorado em História Agrária) - Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales – EHESS, Paris.

HEINZ, F. M. O historiador e as elites: à guisa de introdução. In: _____ (org.). *Por outra história das elites*. Ed. FGV, 2006, p. 7-14.

- CANCELA, C. D. *Casamento e relações familiares na economia da borracha em Belém (1870-1920)*. 2006. Tese (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CANDIDO, A. The Brazilian family. In: LYNN SMITH, T.; MARCHANT, A. (orgs.). *Brazil: portrait of half a Continent*. Nova York: The Dryden Press, 1951.
- CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: _____ (org.). *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 1993, p. 15-42.
- CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. [S.l, s.e, s.d].
- DANIEL, J. *Apresentação – tesouro descoberto no máximo rio Amazonas 1722-1776*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- DOMINGUES, Â. *Quando os Índios eram Vassalos: Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: CNCDP, 2000.
- FRYRE, G. *Casa Grande e Senzala: A formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.
- GOMES, F. dos S. Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira. In: _____. *Nas Terras do Cabo Norte*. Belém: EDUFPA, 1999, p. 129-93.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editores, 1982.
- MARINHO, L. B. *Muito além dos seringais: elite, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850-c.1870*. 2004. Dissertação. (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MOTTA, J. F. A demografia histórica no Brasil: contribuições a historiografia. In: *ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 9, Caxambu, 1994. *Anais...* Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/r12/motta.doc. Acesso em: 16 de outubro de 2008.
- NOGUEIRA SILVA, M. S.; POMPEU AMORIM, M. J. *Terras de Preto da Região Tocantins*. 1999. Belém-Pará. Trabalho apresentado como relatório final da pesquisa do Projeto de Mapeamento de Comunidades Rurais no Pará: Ocupação do território e uso de recursos, descendência e modo de vida.
- REIS, A. C. F. *Aspectos econômicos da dominação lusitana na Amazônia*. Rio de Janeiro: Serviço de documentação da Agência da S. P. V. E. A., 1960.
- SALLES, V. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. Belém: Secretaria da Cultura do Estado, 1988.
- SAMARA, E. de M. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, A. M. et al. (orgs.). *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987, p. 25-36.
- TERUYA TAYRA, M. A família na Historiografia Brasileira: bases e perspectivas teóricas. In: *ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, Caxambu, 2000. *Anais...* Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/A%20Fam%C3%ADlia%20na%20Historiografia%20Brasileira....pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2007.
- VERGOLINO-HENRY, A.; FIGUEREDO, A. N. *A presença Africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica*. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.